

Documento assinado digitalmente, original em <https://www.dodf.df.gov.br>

SECRETARIA EXECUTIVA DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA
COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO
DE PROCESSOS ESPECIAIS
NÚCLEO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DE TRIBUTOS INDIRETOS

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 03, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

Isenção de ICMS na aquisição de veículo para uso de portador de deficiência ou autista. O CHEFE DO NÚCLEO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DE TRIBUTOS INDIRETOS, DA GERÊNCIA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Decreto nº 38.527, de 03/10/2017, e nos termos da O.S. SUREC nº 129, de 30/06/2022, bem como O.S. COTRI nº 13, de 05 de julho de 2022 e O.S. GEESP Nº 02, de 28 de fevereiro de 2023, as quais subdelegam a competência prevista em lei para a concessão de benefícios fiscais, e ainda com amparo no art. 6º e no Item 130 do Caderno I do Anexo I ao Decreto nº 18.955, de 22/12/1997; e no Convênio ICMS nº 38/2012, decide: INDEFERIR, conforme o(s) motivo(s) descrito(s) no despacho do relator constante dos autos, o pedido de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, para o veículo relacionado, na seguinte ordem: PROCESSO/WEB; INTERESSADO; CPF: 20251106-211857, Juliana Maria Lara De Arruda, ***.414.031-**, 20251228-238220, Anaeno Dos Santos Xavier, ***.277.981-**, 20260109-5586, Nathalia Cortes Pereira De Assuncao, ***.345.521-**, 20260110-6493, Adalberto Soares Da Silva, ***.449.201-**, 20260112-7672, Joelma Fernandes De Souza, ***.055.461-**, 20260112-7760, Walter Antonio Santarem Malva, ***.394.431-**, 20260114-9085, Hildelia Helida Silva Brandao De Melo, ***.251.814-**, 20260114-9932, Maria Eduarda Souza Dutra, ***.879.871-**. O(s) interessado(s) tem (têm) o prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência, para recorrer da presente decisão, sem efeito suspensivo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais - TARF, conforme o disposto no art. 98 do Decreto nº 33.269/2011.

FLÁVIO HENRIQUE BASTOS MONTALVÃO

DESPACHO DE INDEFERIMENTO Nº 04, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

Isenção de ICMS - Táxi. O CHEFE DO NÚCLEO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DE TRIBUTOS INDIRETOS, DA GERÊNCIA DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS ESPECIAIS, DA COORDENAÇÃO DE TRIBUTAÇÃO, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA EXECUTIVA DA FAZENDA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais previstas no Decreto nº 38.527, de 03/10/2017, e nos termos da O.S. SUREC nº 129, de 30/06/2022, bem como O.S. COTRI nº 13, de 05 de julho de 2022 e O.S. GEESP Nº 02, de 28 de fevereiro de 2023, as quais subdelegam a competência prevista em lei para a concessão de benefícios fiscais, e ainda com fundamento no item 93 do caderno I do Anexo I do Decreto nº 18.955, de 22/12/1997, e no Convênio ICMS nº 38/2001, decide: INDEFERIR, conforme o(s) motivo(s) descrito(s) no despacho do relator constante dos autos, o pedido de isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS para o veículo relacionado na seguinte ordem: PROCESSO/WEB, INTERESSADO, 20260109-6256, Julio Cesar Silva Almeida, ***.198.961-**. O(s) interessado(s) tem(têm) o prazo de 30 (trinta) dias, contado da ciência, para recorrer da presente decisão, sem efeito suspensivo, ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais TARF, conforme o disposto no art. 98 do Decreto nº 33.269/2011.

FLÁVIO HENRIQUE BASTOS MONTALVÃO

SECRETARIA EXECUTIVA
DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

Em 14 de janeiro de 2026

Processo SEI nº 0410-003086/2016 Interessado: Associação dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (ASIBRAM), inscrita no CNPJ sob nº 12.381.868/0001-68 Assunto: Solicitação de credenciamento de entidade consignatária (Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007).

AUTORIZO, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 28.195, de 16 de agosto de 2007, a criação de código para desconto em folha de pagamento em favor da Associação dos Servidores do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (ASIBRAM), inscrita no CNPJ sob nº 12.381.868/0001-68, no âmbito do Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), na qualidade de Consignatária Facultativa, na modalidade Benefício Social - SESI e SESC, depois de atendidos os requisitos dispostos no referido normativo legal.

Publique-se e encaminhe-se à Subsecretaria de Administração da Folha de Pagamento (SUAFP), para as demais providências pertinentes.

RICARDO ALEXANDRE TRIGUEIRO
Substituto

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
CONSELHO FISCAL

EXTRATO DA ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA PRIMEIRA
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

I - DATA, HORA E LOCAL. Em 04 de dezembro de 2025, às 14 horas, de forma presencial, realizou-se a centésima décima primeira Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal CONFIS/IPREV/DF. II - COMPOSIÇÃO DA MESA - Conselheiros Titulares: Luciano Cardoso de Barros Filho, representante do Governo; Marcelo Cruz Borba e Andrea Maria Oliveira Gomes, representantes dos Segurados, participantes ou beneficiários indicados pelas entidades representativas dos servidores ativos, inativos ou pensionistas do Distrito Federal. Conselheiros Suplentes: Flávia de Moraes Mendes. Participaram também desta reunião, na qualidade de convidados, os seguintes servidores do IPREV/DF: Ramon Estêvão Cordeiro Lima, Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos; Lucyano E. B. S. Segundo, Coordenador de Gestão dos Ativos Não-Financeiros; Yara Gomes da Silva Costa, Secretária dos Conselhos e Radam Nakai Nunes, Diretor Jurídico. III - CONVOCAÇÃO: conforme disposto pelo §1º, art. 13 do Regimento Interno do CONFIS/IPREV/DF. IV - ORDEM DO DIA: 1. Leitura e aprovação da Ata e do Extrato da 110ª Reunião Extraordinária; 2. Apresentação do Relatório de Investimentos (data base: setembro/outubro/2025), do Plano de Gestão Imobiliária do Iprev-DF e da Portaria sobre a Política de Alçadas (Relatório/Resumo) - Diretoria de Investimentos (DIRIN); 3. Esclarecimentos Jurídicos sobre a Lei Complementar nº 970/2020 e a Regularização das Contribuições Previdenciárias - Departamento Jurídico (DIJUR); 4. Acompanhamento das Contas - Exercício de 2025 (Processo SEI-GDF nº 00413-00001165/2025-68); 5. Informes Gerais. V - DELIBERAÇÕES: conforme detalhadamente descrito na Ata desta reunião, ocorreram as seguintes deliberações: No item I - Leitura e Aprovação da Ata e do Extrato da 110ª Reunião Extraordinária: A Ata e o Extrato foram aprovados por unanimidade, mediante os ajustes solicitados e serão disponibilizados para assinatura no SEI-GDF. No item II - Apresentação do Relatório de Investimentos (data base: setembro/outubro/2025), do Plano de Gestão Imobiliária do Iprev-DF e da Portaria sobre a Política de Alçadas (Relatório/Resumo) - Diretoria de Investimentos (DIRIN), o Sr. Ramon Estêvão (AESIN) apresentou os resultados do Fundo Solidário Garantidor (FSG) e do Fundo Capitalizado (FC), destacando que ambos superaram suas metas de referência no acumulado do ano, e informou sobre a estratégia de aumento de liquidez no FSG para suportar as transferências financeiras. Apresentou também a Portaria nº 61/2025, que atualizou a Política de Alçadas, ampliando os limites operacionais da Diretoria. O Conselho questionou a metodologia de transferências do FSG, nos termos da Lei Complementar nº 1.051/2025, e recomendou que o Comitê de Investimentos (CIAR) passe a deliberar sobre essas retiradas. Foram informadas, ainda, as metas para 2026: IPCA (como referência) para o FSG e IPCA + 5,93% para o Fundo Capitalizado. Na sequência, o Sr. Lucyano Segundo (COANF) apresentou o Plano de Gestão Imobiliária 2025/2026, detalhando a arrecadação de mais de R\$ 70 milhões com leilões e a estratégia de desinvestimento focada na redução de custos de manutenção. Após discussões e, tendo sido todas as dúvidas sanadas, com fundamento no Item 3.2.6 - Política de Investimentos do Manual do PRÓ-GESTÃO RPPS, Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS nº 185/2015, alterada pela Portaria MF nº 577/2017 e Portaria SPREV nº 918/2022), versão 3.3, aprovada em 20/12/2021, considerando os requisitos mínimos de acordo com o nível de certificação em que o IPREV/DF está posicionado, no tocante à exigência de elaboração de Relatórios Mensais de Investimentos - cabendo aqui o esclarecimento que não cabe ao Conselho Fiscal e nem está no rol de suas competências regimentais e legais interferir, ou mesmo aconselhar na escolha dos ativos e instituições financeiras em que o IPREV investe os recursos apresentados nesses relatórios de Investimentos - no desempenho de suas prerrogativas (Item 3.2.6 - Política de Investimentos do Manual do PRÓ-GESTÃO RPPS), e tendo em vista o cumprimento dos citados requisitos, o CONFIS, por unanimidade, aprovou os referidos relatórios mensais de investimentos ora apresentados. Houve inversão de pauta para adiantar os itens IV e V. No item IV - Acompanhamento das Contas - Exercício de 2025 (Processo SEI GDF nº 00413-00001165/2025-68), foi informado que não houve fatos novos ou alterações relevantes desde a última reunião, sendo o item dado por superado e mantido o monitoramento contínuo. No item V - Informes Gerais, o Presidente relatou a análise das atas do CONAD e do CIAR, informando que as dúvidas existentes foram sanadas durante a apresentação de investimentos. Retomando a pauta, no item III - Esclarecimentos Jurídicos sobre a Lei Complementar nº 970/2020 e a Regularização das Contribuições Previdenciárias - Departamento Jurídico (DIJUR), o Diretor Jurídico, Sr. Radam Nakai, apresentou o histórico da majoração da alíquota previdenciária e a controvérsia gerada pelo veto e posterior derrubada de veto referente à cobrança retroativa de 2020. Esclareceu sobre a judicialização do tema e a pacificação trazida pela Lei Complementar nº 1.054/2025, que concedeu remissão dos débitos e vedou a restituição de valores pagos. O Conselho deu-se por ciente dos esclarecimentos. ENCERRAMENTO: A reunião foi encerrada às 15 horas e 58 minutos, e a Sra. Yara Gomes da Silva Costa, na qualidade de Secretária dos Conselhos, lavrou a Ata, que foi lida e aprovada, para ser inserida no processo nº 00413-00007522/2024-11 por meio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI-GDF para ser assinada eletronicamente pelos conselheiros titulares presentes na reunião e publicada no site do Iprev-DF: www.iprev.df.gov.br. Este extrato será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal.

MARCELO CRUZ BORBA
Conselho Fiscal - Iprev-DF
Presidente